



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 24 / 02 / 16
Elvangelina

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Edson FRAZÃO

para relatar.

Em 24 / 02 / 16
Silvia

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO PIAUÍ
DEPUTADO EDSON FERREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Do (a): INDICATIVO DE PROJETO DE LEI nº. 34/2015, que:

DISPÕE ACERCA DA OBRIGATORIEDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO ESTADUAL E PRIVADAS DO PIAUÍ PROCEDEREM A INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO EM TODAS AS SALAS DE AULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR. DEP. EDSON FERREIRA

1. RELATÓRIO

Trata-se de Indicativo de Projeto de Lei que visa obrigar as instituições de ensino público e privado no âmbito do estado do Piauí a instalarem aparelhos de ar-condicionado em todas as suas salas de aula.

Para tanto, foi justificado que a necessidade do acolhimento dessa proposição é objetivamente poder proporcionar maior conforto e dignidade para os estudantes do nosso Estado, onde bem lembrou o autor que a sensação térmica em nossa região gira em torno dos 40° C.

Verifica-se de plano a relevante e apropriada iniciativa do colega Deputado Evaldo Gomes, qual seja: unicamente promover o bem-estar dos nossos estudantes, notadamente pelo acesso a salas de aula mais dignas e condizentes com a nossa realidade climática.

Assinatura manuscrita em tinta azul, consistindo de uma letra 'E' estilizada e fluida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO PIAUÍ

DEPUTADO EDSON FERREIRA

Entretanto, é nosso dever analisar a constitucionalidade desse Indicativo de Projeto de Lei, o que será feito mais a frente.

Eis o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

A proposição em exame veio-me para emitir parecer de acordo com os termos dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Nesse caso específico, cuida-se de proposição por indicação (arts. 114 e 115 do Regimento Interno).

É necessário ressaltar que a função legislativa foi exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, alínea g do Regimento Interno.

A Constituição Federal de 88 prevê em seu art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado.

Dispõe a Carta Magna que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, nos termos do art. 24, inciso X.

Por outro lado, a CF/88, em seu art. 23, inciso V, diz ser de competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios proporcionar os meios de acesso à educação, que é também um direito social previsto no art. 6 da Carta Magna.

Assinatura manuscrita em tinta azul, provavelmente do relator Edson Ferreira.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO PIAUÍ

DEPUTADO EDSON FERREIRA

Lembrando que esses direitos sociais, previstos constitucionalmente, são uma forma de proporcionar o mínimo indispensável para garantir uma vida digna para todos os cidadãos, sendo sujeito passivo dessa obrigação o Estado.

Sendo assim, por se tratar de Indicativo de Projeto de Lei, a proposição deve ser encaminhada ao Poder Executivo para análise de sua conveniência e oportunidade, e se há também existência do interesse público.

Em conclusão, manifesto-me pela aprovação do presente Indicativo de Projeto de Lei, reiterando, para tanto, a existência de previsão regimental para tal intento, devendo esta sugestão ser encaminhada ao Poder Executivo.

Este é o meu parecer.

3. PARECER DA COMISSÃO

Logo, apresentado o parecer, segue à Vossas Excelências para discussão e votação:

- a) Pela APROVAÇÃO (sim)
- b) Pela REJEIÇÃO

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 02 de abril de 2016.

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente do Deputado Edson Ferreira.



DEP. EDSON FERREIRA

Relator

PROVADO À UNANIMIDADE
em 05/04/2016

Presidente da Comissão de

Justice